



## POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO DIGITAL: LIMITES E POSSIBILIDADES

Tarciany Alves Pereira<sup>1</sup>  
Iracema Campos Cusati<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

As políticas públicas educacionais que visam à inclusão digital de professores e alunos têm como escopo humanizar os processos de ensino e aprendizagem bem como ampliar as possibilidades de acesso ao conhecimento. Este artigo tem como objetivo apresentar aspectos teóricos e reflexões vinculadas à inclusão digital na formação de professores no mundo contemporâneo.

Diante dos desafios e reflexões de pesquisadores, concernentes a inclusão digital na formação de professores no mundo contemporâneo, surgiram inquietações referentes a aceitação e inviabilizações das políticas públicas de tecnologias da informação e comunicação na educação. Desse modo, o presente trabalho advém de um projeto de pesquisa em andamento, que se encontra na fase de revisão de literatura e de delimitação do aporte teórico-metodológico que tem no seu bojo a pesquisa bibliográfica e documental sobre políticas de inclusão digital na formação de professores no Brasil. Pois, conforme Gatti *et al.* (2019, p. 11)

A questão da formação de professores se torna um problema social na medida de sua relevância e por conta do trato incerto que tem merecido mediante políticas descontinuadas e pela pouca discussão social relativa a seu valor social concreto na contemporaneidade, bem como sobre os fundamentos dessa formação e das práticas a ela associadas. (GATTI *et al.* 2019, p. 11)

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI) da Universidade de Pernambuco – UPE Campus Petrolina, [tarciany.alves@upe.br](mailto:tarciany.alves@upe.br);

<sup>2</sup> Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI) da Universidade de Pernambuco – UPE Campus Petrolina, [iracema.cusati@upe.br](mailto:iracema.cusati@upe.br)



Além disso, resultados de dados educacionais como os revelados por Gatti (2018) geram questionamentos sobre a democratização e a qualidade do ensino do país. A partir de levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a autora destaca que a escolaridade média dos brasileiros no ano de 2015, foi de apenas 10,1 anos. Logo, nem todos os estudantes ultrapassam a segunda etapa da educação básica. Nesse sentido, é essencial pensar questões quanto ao financiamento da educação, acessibilidade e permanência na escola, formação e capacitação docente, bem como o direcionamento do Estado face às definições das políticas educacionais.

No contexto das políticas públicas, o cenário atual que vem se delineando e exigindo dos cidadãos o acesso às inovações tecnológicas e inserção das tecnologias de informação e comunicação nos cursos superiores vem evoluindo. Com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, n. 9394, 1996) em 23 de dezembro de 1996, as alterações são propostas para as instituições formadoras e os cursos de formação de professores (BRASIL, 1996).

Após a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores foram promulgadas e nos anos subsequentes as atividades docentes englobando produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares, vêm caracterizando um novo momento nas perspectivas sobre formação de professores, tanto do ponto de vista da estrutura, como da articulação formativa dos currículos e a preocupação com a qualificação da formação de formadores.

Além da LDBEN n. 9394 de 1996, em 2004 foi promulgada a Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no âmbito produtivo e dá outras providências. Esta lei, importante para a época atual, em seu artigo 1º. “estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País, nos termos dos artigos 218 e 219 da Constituição” e no Artigo 2º destaca, entre outros, os seguintes tópicos: “a existência de uma agência de fomento, a modalidade criativa e/ou inventiva do produto apresentado e um núcleo de inovação tecnológica capaz de gerir a política de inovação”.



Assim, as mudanças sociais devem ser pensadas de forma responsiva pois influenciam o modo como a sociedade aprende e se relaciona com o seu meio. O avanço das novas tecnologias no final do século XIX, por exemplo, modificou as relações humanas no contexto da comunicação e da informação. Nesse cenário, “é impossível educar sem a mediação tecnológica. Em todos os momentos da civilização humana, a sociedade buscou as ferramentas tecnológicas disponíveis para fazer educação.” (KENSKI, 2003, p. 267). Daí a importância de repensar as formas de ensinar a fim de, acompanhar as renovações sociais, políticas, históricas e culturais.

Dessa forma, o foco principal da pesquisa é analisar a evolução histórica da formação de professores *vis a vis* as políticas públicas de tecnologia da informação e comunicação na educação. Para isto, busca-se identificar as políticas públicas de formação inicial de professores para a inclusão digital no período de 2011 a 2019 e mapear, a partir dos estudos sobre políticas de inclusão digital na formação de professores no Brasil, o estado do conhecimento sobre a temática. Por meio de uma pesquisa documental em documentos oficiais como a LEI N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996; a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (Decreto 6755/2009); Plano Nacional de Educação (PNE/ LEI N° 13.005/2014), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019).

Além de serem fontes secundárias como também são as literaturas referentes aos documentos, os artigos científicos, a busca no Catálogo de Teses e Dissertações do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES é essencial nessa investigação.

Logo, é relevante apresentar o cenário atual das políticas de públicas de formação inicial de professores para a inclusão digital, tendo em vista o que determina o artigo 8° da Resolução CNE/CP n° 2, de 20 de dezembro de 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica no inciso IV o “emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento, pelos professores em formação, de competências sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo” (BRASIL, 2019).



## **METODOLOGIA**

A pesquisa por meios racionais e sistematizados proporcionam a resolução de problemas que podem contribuir com o desenvolvimento da própria ciência e da sociedade (GIL, 2002). Dessa forma, os procedimentos metodológicos da pesquisa em curso de natureza básica perpassam pela pesquisa bibliográfica, a fim de localizar fontes fundamentais a investigação em base de dados como o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES por possibilitar o acesso à informação científica internacional. E assim, contribuir com a fundamentação teórica do objeto de estudo.

Além disso, outro caminho é o da pesquisa documental, pois possui dados estáveis que perduram ao passar do tempo (GIL, 2002). A coleta de dados percorre documentos oficiais como a LEI N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996; a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (Decreto 6755/2009); Plano Nacional de Educação (PNE/ LEI N° 13.005/2014), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019).

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, a qual “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.71,).

Nesse sentido, trata-se também de uma pesquisa exploratória, tendo em vista a possibilidade de elucidar e transformar ideias, viabilizar uma visão geral em relação a compreensão de um contexto (GIL, 2008). A investigação então, segue com base em uma abordagem qualitativa, “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.70).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**



Tomando os três grandes eixos da linha de pesquisa em estudo, os quais sejam as políticas educacionais, formação de professores e práticas pedagógicas serão analisados 50 trabalhos.

A partir da leitura dos resumos dos trabalhos selecionados, notou-se que 7 desses se aproximaram do uso de tecnologias da informação e comunicação na educação e apontam nos resultados a importância de conhecimentos pedagógicos para o uso das tecnologias educativas. Para isso, reconhecem a relevância de repensar a formação docente, a acessibilidade a condições laborativas para o uso dos recursos tecnológicos. A ampliação de formações que potencializem a inclusão digital nos processos de ensino e aprendizagem. Reforçam também a importância do amadurecimento dos saberes docentes já nos cursos de licenciatura, a fim de promover o uso pedagógico das Tecnologias digitais de informação e comunicação. Com isso, é válido continuar investigando quais melhorias e dificuldades as políticas públicas de formação inicial de professores para a inclusão digital no período de 2011 a 2019 revelam.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse cenário, é fundamental avançar em qualidade desde a formação inicial dos professores, a fim de oferecer condições reais de enfrentamento a complexidade da profissão. Assim, efeitos e impactos das políticas educacionais podem revelar como a formação inicial e continuada dos professores estão sendo articuladas. Uma vez que, como observam Ens e Vaz (2011) mudanças superficiais e fragmentadas como as que estão presentes no percurso histórico da profissão, inviabilizam a concretização de uma política de formação consistente.

Busca-se então, mapear a partir dos estudos sobre políticas de inclusão digital na formação de professores no Brasil, o estado do conhecimento sobre a temática. Pois, a publicização de dados de realidade colabora o exercício da democracia.

É relevante apresentar o cenário atual das políticas de públicas de formação inicial de professores para a inclusão digital. Tendo em vista, o que determina o artigo 8º da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação



Básica no inciso IV o “emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento, pelos professores em formação, de competências sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo” (BRASIL, 2019).

Logo, é elementar repensar a formação profissional do docente, pois a reflexão crítica sobre a prática faz parte da composição da identidade docente. Assim, o professor deve ser um constante autoavaliador para que não se perca na repetição mecânica de gestos, da curiosidade domesticada, da passividade (FREIRE, 2002). Esses pensamentos dialogam com as reflexões e indagações de Kenski (2004), sobre a importância de uma formação para além de questões burocráticas, conteudistas, com o intuito de desenvolver competências. Sugere-se então, o amadurecimento intelectual, crítico e autônomo dos professores, sem negligenciar princípios como a flexibilidade e a humanidade. Uma profissionalidade docente coerente com a sociedade digital, pois a autora identifica que as mudanças sociais e culturais mediadas pelas novas tecnologias digitais requer questionar a forma como se executa, compreende e oferece educação atualmente.

**Palavras-chave:** Formação Docente; Políticas Públicas; Inclusão Digital.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução CNE/CP 2/2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União, Brasília, 15 de abril de 2019, Seção 1, pp. 46-49.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 9394/1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 12.mai.2020

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 12.mai.2020

ENS, Romilda Teodora; VAZ, Fabiana Andréa Barbosa. Políticas de formação de professores no Brasil: caminhos do curso de Pedagogia. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.43, p. 143-158, set2011 - ISSN: 1676-2584 versão *online*. Disponível em:



<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639934>. Acesso em: 12.mai.2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. **Professores do Brasil: novos cenários de formação** / – Brasília: UNESCO, 2019.

GATTI, B.A. Formar professores no Brasil: contradições, políticas e perspectivas. In: SANGENIS, L.F.C, OLIVEIRA, E.F.R., and CARREIRO, H.J.S., eds. **Formação de professores para uma educação plural e democrática: narrativas, saberes, práticas e políticas educativas na América Latina** [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. Pesquisa em educação / Formação de professores series, pp.163-176. ISBN 978-85-7511-484-1 versão *online*. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/ngnq4>. Acesso em: 22.ago.2020

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ªed.São Paulo: Atlas,2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ªed. São Paulo: Atlas,2008.

KENSKI, Vani Moreira. Em foco: educação e tecnologia. **Educação e Pesquisa**. vol.29 no.2 São Paulo,2003. pp. 267-270 ISSN 1678-4634. Educ. versão *online*. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022003000200005&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022003000200005&script=sci_arttext). Acesso em: 24.ago.2020

KENSKI, Vani Moreira. Reflexões e indagações sobre a sociedade digital e a formação de um novo profissional / professor. **Revista Latino americana de Tecnologia Educativa**, v. 2, p. 99-107, 2004. ISSN-e 1695-288X versão *online*. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1212850>. Acesso em: 24.ago.2020

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. *E-book*. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. . Acesso em: 07.ago.2020